FH deixa ministros fora da campanha

■ Presidente traça linha separando atual governo de projeto do segundo mandato

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Quem ficar no governo estará fora da campanha pela reeleição de Fernando Henrique Cardoso. A partir dessa decisão, já tomada pelo presidente, os assessores do Palácio do Planalto começam a desenhar o que chamam de "segregação" entre o governo e a campanha e entre este e o próximo governo de Fernando Henrique, se ele for o vitorioso de 1998.

A discussão sobre a montagem dessa estratégia é nova e instigante, já que é a primeira experiência de reeleição e, a rigor, quem estará em julgamento é todo o governo de Fernando Henrique e não apenas o candidato. Portanto, trata-se de separar as ações da campanha das ações de governo. Não dá para misturar recursos materiais e financeiros, mas é praticamente impossível demarcar com exatidão o espaço político do presidente da República e o do candidato à reeleição.

Ao mesmo tempo em que começam a pensar nessa questão, os assessores e ministros mais próximos do presidente alinham o que deve ser a estrutura de governo para o segundo mandato. Concessões feitas no organograma administrativo no primeiro mandato não devem ser reproduzidas numa possível segunda gestão. Por exemplo: ter tantos ministérios. Quando da definição de cargos e nomes do governo, tinha-se como certo que o Planejamento seria uma secretaria ligada ao Planalto e que a Administração seria um braço dessa secretaria.

Para acomodar demandas políticas a idéia foi abandonada e as duas áreas passaram a ter status de ministério. Com o passar do tempo, foram criadas outras funções com o título de ministro de Estado. Como é o caso do ministro da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Agora, na fase de organização da nova campanha, volta ao debate a proposta original. Planejamento e Administração devem ser fundidos numa secretaria da presidência da República e a parte relativa à reforma do Estado em outra estrutura, também subordinada à presidência. Uma outra idéia, aparentemente engavetada, ressurge na área de educação. Um núcleo do governo advoga a transferência da educação universitária para o Ministério da Ciência e Tecnologia, deixando à cargo do Ministério da Educação as políticas de educação primária e secundária. Esta é, certamente, uma sugestão polêmica e exatamente por ter focos de discordâncias filosóficas não avançou até agora. Mas não está enterrada.

Com as agências reguladoras nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica, os ministérios das Comunicações e Minas e Energia terão suas funções bastante minguadas e deverão compor, com a área de Transportes, novamente um ministério da Infra-Estrutura. Enxugar cargos públicos é sempre uma tarefa difícil, mas uma coisa parece certa: não haverá, como hoje, 23 ministros num segundo mandato de Fernando Henrique.

Conselho – Simultaneamente à formulação desses planos, o governo está cuidando também da estrutura da campanha. É bastante provável que o comando da campanha pela reeleição fique nas mãos de um conselho, formado pelos presidentes dos partidos aliados, líderes no Congresso, o vice-presidente Marco Maciel e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

O modelo que está pautando as conversas dos principais assessores do presidente é o que foi usado na campanha eleitoral de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso deixou o Ministério da Fazenda para ser candidato. Naquela ocasião, levou consigo um núcleo de colaboradores – Eduardo Jorge, hoje secretário-geral do Planalto; Eduardo Graef, assessor parlamentar; Ana Tavares, assessora de imprensa, entre outros. Para o lugar de ministro da Fazenda foi escolhido Rubens Ricupero, mas no comando da equipe que conduzia o Plano Real, ainda no seu início, estava um nome da total confiança do candidato Fernando Henrique: o ministro- chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que permaneceu como secretário-executivo da Fazenda.

Fernando Henrique, como candidato, era obviamente informado de tudo que se passava na área econômica e nos destinos do Real, seu maior trunfo político-eleitoral. O momento de maior envolvimento e influência no governo Itamar Franco, durante a campanha, porém, ocorreu no episódio da substituição de Rubens Ricupero, que caiu por fazer inconfidências captadas por antenas parabólicas. Em seu lugar assumiu Ciro Gomes, por escolha de Itamar Franco, uma troca acompanhada passo a passo por Fernando Henrique.

Agora é diferente. Ele continuará presidente e estará em campanha com toda a mídia atenta a seus movimentos. O cuidado para não misturar as coisas "terá que ser redobrado", avalia um ministro.

Programa – Também importante será a tarefa de separar a gestão do governo da elaboração do programa da eventual próxima administração de Fernando Henrique. Nessa área, segundo ministros próximos ao presidente, não há problemas em misturar quem é governo e quem estará formulando planos para o segundo mandato.

Na campanha passada, o hoje ministro da Educação, Paulo Renato Souza, coordenou os trabalhos do Mãos à Obra, o documento-síntese do programa de Fernando Henrique, enquanto a equipe econômica conduzia o plano de estabilização.

No grupo das pessoas que devem preparar os próximos passos, com certeza, está o economista André Lara Resende, que já começou a trabalhar no governo.

Marcelo Theobald – 18/3/97

Fernando Henrique acha possível não misturar ação de governo com reeleição e pretende repetir 1994 criando conselho para coordenar a campanha